

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

5



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

5



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 5

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 5 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0061-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.615221103>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Subrinho, Abinalio Ubiratan da Cruz (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Desde a superação dos paradigmas interpostos pelas tendências de cunho tradicionalista, o campo educacional vem somatizando uma série de ganhos e tensionamentos, entre eles se sublinha o amadurecimento das concepções da aprendizagem enquanto ato situado, atravessado pelas mais diversas experiências e contextos no qual todos os atores envolvidos neste rizoma se tornam importantes elaboradores e propagadores de conhecimento.

Adjunto a isso, se destaca também a indispensável atuação dos professores/as, coordenadores/as e demais profissionais da educação no desenvolvimento de reflexões de cunho teórico, metodológico, epistemológico, formuladas a partir da investigação da sua própria prática. Estudos que se convertem basilares no desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração o cenário sociocultural no qual a escola está imersa (do qual é simbioticamente integrante) e os sujeitos, intra e extramuros, que a compõem.

Nesse sentido, as práticas de pesquisa em Educação têm oportunizado um ganho sistêmico e multilateral para o campo e para os sujeitos, benefícios que refletem, diretamente, nos gestos e processos sociais: ganha o campo pois, em decorrência das investigações novas lentes são lançadas sobre fenômenos e problemáticas que permeiam as relações seculares do ensinar e aprender, bem como emergem novas questões achados que irão, entre outras circunstâncias, contribuir com reformulação do currículo escolar e da didática, inserindo e revisando temáticas e epistemologias.

Quanto aos indivíduos que, atravessados de suas subjetividades, ao pesquisarem exercem a autoformação, dimensão formativa aqui pensada a partir de Pineau (2002), que em linha gerais a define como um processo perene que acompanha os sujeitos em toda sua vida, promovendo uma revolução paradigmática. O estar atento a você mesmo, suas atitudes, emoções, e a relação com o outro e com o ambiente. A interação destas dimensões constitui um engajamento às causas pessoais, sociais e ambientais, possibilitando que os indivíduos reflitam e ressignifiquem, nesse contexto, o pensar praticar à docência e as outras diversas formas de ensinar.

Desse modo, nesta obra intitulada “**A educação enquanto fenômeno social: Um estímulo a transformação humana**” apresentamos ao leitor uma série de estudos que dialogam sobre as mais variadas temáticas, entre elas: a formação inicial e contínua dos profissionais da educação; discussões acerca dos níveis e modalidades de ensino, percebidas a partir de diversas perspectivas teóricas; da gestão da sala de aula e da gestão democrática do ensino público; elaboração e análise crítica de instrumentos ensino e situações de aprendizagem; constructos que versam sobre educação, tecnologia, meio ambiente, entre outras propostas transversais. As pesquisas adotam métodos mistos, filiadas a diferentes abordagens, campo teórico e filosófico, objetivando contribuir com a

ampliação dos debates em educação e com a formação, qualificação e deleite de todos os sujeitos que se encontrarem com este livro.

Assim, desejamos a todos e todas uma aprofundada e aprazível leitura.


Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O BRASIL DOS ESTUDANTES: AS REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE NACIONAL ENTRE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA


Cosme Freire Marins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211031>

CAPÍTULO 2..... 19

FAMÍLIAS E ESCOLA COMO REDES SOCIAIS DE APOIO: DESVELAMENTOS DE ADOLESCENTES EM DISTORÇÃO IDADE- ANO

Lucielma Moreira da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211032>

CAPÍTULO 3..... 37

INCLUSÃO COMO FENÔMENO DO PROCESSO DE NEOLIBERALISMO

Gilmar Vieira Martins

Manuel Tavares Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211033>


CAPÍTULO 4..... 49

FORMAÇÃO DOCENTE: PERSPECTIVA PARA A CONSTRUÇÃO DA INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

Amanda de Cássia Araújo de Souza

Aurea Lucia Cruz dos Santos

Môngolla Keyla Freitas de Abreu


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211034>

CAPÍTULO 5..... 54

O USO DE ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA FORTALECIMENTO DA LEITURA NOS ANOS INICIAIS: FORMANDO LEITORES

Vanuza Nunes Sedano Costa


Márcia Moreira de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211035>

CAPÍTULO 6..... 66

LA REGULACIÓN ESTATAL DE LA FORMACIÓN CIUDADANA EN LA ESCUELA

Jorge Aldemar Sánchez Díaz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211036>






CAPÍTULO 7..... 78

A COLABORAÇÃO PROFISSIONAL DE PROFESSORES E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA ELABORAÇÃO DE PROVAS OPERATÓRIAS

Rodrigo Lopes de Oliveira


Maria Angela Dias dos Santos Minatel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211037>

CAPÍTULO 8	102
CULTURA DIGITAL: NOVAS RELAÇÕES PEDAGÓGICAS CURRICULARES	
Shirlene Coelho Smith Mendes	
Rosângela dos Santos Rodrigues	
Andréa Carolina Nascimento Silva	
Jermamy Gomes Soeiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211038	
CAPÍTULO 9	113
ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR COM ÊNFASE EM MIMETISMO E CAMUFLAGEM	
Gustavo Lopes Penhalver Peninck	
Nádia Maria Rodrigues de Campos Velho	
Anamaria da Silva Martin Gascón Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211039	
CAPÍTULO 10	125
A ÁGUA, UMA ABORDAGEM PARA O ENSINO DE BIOLOGIA E DE QUÍMICA	
Milena Souza da Silva	
Adriana Helena Moreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110310	
CAPÍTULO 11	131
AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO CENTRO DE VALORIZAÇÃO DO SEU MEIO SOCIOCULTURAL	
Lielson Pinheiro Torres	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110311	
CAPÍTULO 12	139
CONTRIBUIÇÃO DOS FUNDAMENTOS FILOSÓFICO SÓCIO-HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Mateus Alves Da Silva	
Sávio Silva Carneiro	
Juliana Pereira de Araújo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110312	
CAPÍTULO 13	146
ANÍSIO TEIXEIRA E A PROPOSTA DE INCORPORAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO RECURSOS DIDÁTICOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS	
Jorge Eschriqui Vieira Pinto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110313	
CAPÍTULO 14	164
CIVILIDAD, UNA REPRESENTACION SOCIAL EN EL PACTO DE CONVIVENCIA	

ESCOLAR LECTURA SOCIOESTÉTICA DESDE EL ANÁLISIS DEL DISCURSO

Javier Mauricio Ruiz Galindo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110314>

CAPÍTULO 15..... 176

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM GESTÃO ESCOLAR

Tatiana Ramos Torres

Flávia Pierrotti de Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110315>


CAPÍTULO 16..... 189

BRINCANDO E APRENDENDO COM O VOVÔ: O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL

Nubia Pereira Brito Oliveira

Marlon Santos de Oliveira Brito

Mylena Pereira de Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110316>


CAPÍTULO 17..... 197

PRODUÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA UTILIZAÇÃO EM HORTAS

Edivaldo Antônio de Jesus Fabiano

Juliana de Lima Lapera Batista

Denilton Rocha dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110317>

CAPÍTULO 18..... 216

SOBREVIVÊNCIA POLICIAL: NA FOLGA E NO TRABALHO - UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Fernando Beuren Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110318>


CAPÍTULO 19..... 226

ROL DE DOCENTES DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

Carolina Oliveira da Silva

Antonio Sergio Varela Junior

Carine Dahl Corcini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110319>

SOBRE OS ORGANIZADORES 232

ÍNDICE REMISSIVO..... 233

INCLUSÃO COMO FENÔMENO DO PROCESSO DE NEOLIBERALISMO

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 07/12/2021

Gilmar Vieira Martins

Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (Uninove), na linha de Políticas Educacionais
<http://lattes.cnpq.br/1837505048851629>

Manuel Tavares Gomes

Doutor em Filosofia pela Universidade de Sevilha. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (Uninove), na linha de Políticas Educacionais
<http://lattes.cnpq.br/6582778268180840>

RESUMO: Este artigo apresenta os significados e as relações construídos em torno do conceito de inclusão. Elementos como governamentalidade, governo, normação e normalização são constituintes para um debate com provocações válidas, essencialmente ao tematizarem as intencionalidades simbólicas da inclusão. Nosso objetivo é analisar as diversas nuances discursivas presentes nos textos teóricos de autores consagrados no campo pós-estruturalista. o referencial teórico-metodológico no debate toma como ponto de partida as relações de poder conjecturadas por Michel Foucault, incluindo nesse estudo governamentalidade,

governo, normação e normalização. É um trabalho de revisão bibliográfico, de cunho qualitativo. Nossas conclusões tentam interpretar como os processos de inclusão são afetados pelo cenário neoliberal do nosso momento histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão.

Governamentalidade. Pós-Estruturalismo.

Relações de poder.

INCLUSION AS A PHENOMENON OF THE NEOLIBERALISM PROCESS

ABSTRACT: This academic article presents the meanings and relationships built around the concept of inclusion. Elements such as governmentality, governance, regulation and normalization are part of a debate with valid provocations, essentially when they thematize the symbolic intentions of inclusion. Our objective is to analyze the different discursive nuances present in the theoretical texts of renowned authors in the poststructuralist field. the theoretical-methodological framework in the debate takes as its starting point the power relations conjectured by Michel Foucault, including in this study governmentality, government, regulation and normalization. It is a work of bibliographic review, of a qualitative nature. Our conclusions try to interpret how inclusion processes are affected by the neoliberal scenario of our historical moment.

KEYWORDS: Inclusion. Governmentality. Post-Structuralism. Power relations.

INTRODUÇÃO

Etimologicamente, o termo inclusão vem

do latim *inclusio-ōnis*, que significa ‘encerramento’, ‘prisão’. Enquanto a palavra *incluir*, de acordo com o Dicionário Eletrônico Aurélio, pode ter as seguintes acepções em língua portuguesa: **a.** Integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade; **b.** Políticas de inclusão; **c.** Introdução de algo em; **d.** Ação de acrescentar, de adicionar algo no interior de; **e.** Inserção; **f.** Condição do que foi incluído. De forma geral, a palavra inclusão, assim como a palavra exclusão, recebeu (re)significações ao longo dos tempos. Os sentidos de ambas, in/exclusão¹, devem ser considerados sempre em seus contextos, de modo que possamos inferir uma certa continuidade em uma e outra, formando assim um par único.

Trataremos, neste trabalho, justamente dos significados e relações construídos em torno do conceito de inclusão. Tematizando as intencionalidades simbólicas, do termo, situamos o debate nas noções teóricas de Michel Foucault a ela vinculadas: governamentalidade, governo, normação e normalização, tomando como referência as interpretações propostas por autores que discutem inclusão no campo da educação.

Esta contribuição acadêmica resulta de revisão bibliográfica, com recorte temporal entre 2008 e 2018, sobre a temática da inclusão, analisada como mecanismo de manutenção sistêmica de poder dado seu uso, pelos Estados, aqui especificamente o Estado brasileiro, com o propósito de manter controle sobre a população de seu território. E, para que pudéssemos fazer isso, recorreremos ao pensamento e modo foucaultiano de problematizar o discurso, concebido como “conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz qualquer coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma de reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.)” (FOUCAULT, 2008a *apud* REVEL, 2005, p.70), e que tem sido uma das formas de se conceber, no campo do debate teórico, as várias versões de um mesmo fato.

Nesse contexto teórico, entendemos que problematizar o tema da inclusão, a partir de quem debate e escreve acerca dela, nos deixa próximos da compreensão de seus incursos teóricos na atualidade das políticas educacionais inclusivas. Para tal, torna-se essencial partirmos de uma visão que considera a experiência humana como algo construído historicamente. Nesse sentido, buscamos trabalhos que nos propiciassem um referencial teórico que desse conta do debate sobre a concepção de inclusão que repercutem na educação, a saber: os estudos de Klen, que teoriza sobre desenvolvimento de ações de inclusão na educação, discutindo o processo de avaliação escolar como um agente de inclusão promovido pelo Estado; de Lopes e Fabris, que manejam a temática a partir de estudos no campo da educação e a relevância em estudar a emergência da inclusão. Os estudos desses autores têm como balizamento perspectivas pós-estruturalistas, que averiguam, por meio da concepção dos estudos de Michel Foucault e autores afins,

¹ Aqui grafadas como in/exclusão seria uma forma de dar ênfase à complementaridade dos termos ou a sua interdependência. Entretanto, não nos aprofundaremos na ex, mas tão somente na in. O nosso próximo trabalho será complementar a este.

pensar, entender e tensionar os campos discursivos em que a inclusão emerge; de Veiga-Neto, Lockmann e Hattege, autores que buscam nas categorias governamentalidade, governo, inclusão entre outras, pontos consensuais que convergem entre si sendo a biopolítica instrumento utilizado para manutenção do poder e da ordem; de Lopes, que oferece a categoria inclusão para pessoas com deficiência como instrumento teórico na visão dos estudos de Foucault; de Martins, que propõe a tensão dialética exclusão/inclusão; e Kuenzer, que tematiza sobre a categoria exclusão, trabalhando-a como meio para incluir ao mesmo tempo que gera exclusão. O que traz esses autores todos para uma visão crítica do debate conceitual da inclusão é seu entendimento desse termo como in/exclusão, que aqui trabalhamos teoricamente, por um lado, como um fenômeno gerado pela dinâmica do capital, em outras palavras, a partir das tendências excludentes da economia contemporânea em sua perspectiva neoliberal; por outro, por sua exploração teórica sob as lentes do pós-estruturalismo foucaultiano, conforma interpretação que lhe é dada pelos autores acima citados. Essas as referências teóricas que fundamentam nosso quadro teórico-conceitual para o debate aqui proposto.

Diante disso, o que nos ensina Foucault é que estar em busca do que não é visível nem dizível deve ser constantemente perseguido em todo momento histórico. Assim, pensamos estar perseguindo e contribuindo para a construção de um olhar teórico crítico sobre in/exclusão que permite desvendar objetivos não explicitados por trás das estratégias de 'incluir' que geram, propositalmente ou não, alguma forma sutil de exclusão.

Diante de um assunto tão controverso como é o da inclusão por meio da educação, nossa intenção não é criar longos debates sobre programas, projetos ou ações de inclusão: trata-se, tão somente, de analisar as diversas nuances discursivas presentes nos textos teóricos de autores supramencionados. Por tratar-se de aspectos relevantes que só são desmistificados após atentas leituras que demarquem subjetividades e intencionalidades produzidas no âmbito discursivo-normativo; convicções e princípios que se conformam a objetivos de controle, sendo as variantes discursivas expressadas em marcas de falas que se situam em um âmbito de caráter político, ideológico e epistêmico. Imperceptíveis a olhares desatentos, relações de poder² e olhares práticos constituem elementos de (re)significação do discurso.

Este artigo se vale de buscas do termo "inclusão" nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para teses e dissertações; Scientific Library On-Line (SciELO), para artigos científicos; Google Acadêmico, para livros especializados no assunto. O primeiro passo do processo de seleção de trabalhos para análise, consistiu em eliminar o grande conjunto de textos relacionados à educação em suas diversas especificidades, além de outras abordagens temáticas específicas que não interessavam a este artigo - assim,

² As relações de poder em Michel Foucault são vistas como mecanismos que atuam coagindo e disciplinando os indivíduos.

decidimos selecionar aqueles textos que tratavam conceitualmente de inclusão tendo em vista o campo da educação. Num segundo momento, selecionamos dentre esses trabalhos, para demarcar teoricamente a produção deste artigo, os que tivessem como dominância analítica a perspectiva teórica foucaultiana.

Tratou-se, então, de apresentar os resultados de uma revisão de literatura exploratória e de natureza descritiva, com foco no conceito de inclusão e no seu tratamento por autores que se utilizam da perspectiva teórica foucaultiana. Sendo assim, este trabalho está estruturado em três partes. Nesta Introdução, foi apresentada uma visão geral sobre o que trataremos e a linha teórica que nos interessou resgatar neste texto. Na segunda parte, nosso foco recai sobre quadro teórico foucaultiano, particularmente o que o próprio filósofo francês nomeou conceitos-ferramenta, a fim de apresentarmos as ideias que envolvem o debate da in/exclusão. Na última parte, que chamamos de ‘Considerações (nada) finais’, propomos algumas reflexões acerca dos desdobramentos, também teóricos, dos conceitos de Foucault para o trato da in/exclusão no atual momento histórico.

CONCEITOS-FERRAMENTA QUE TENSIONAM O CAMPO DA INCLUSÃO

O termo inclusão, em franca expansão em nosso país, conforme descrito etimologicamente na parte inicial deste trabalho, se relaciona com ‘integração’. Em/nas definições possíveis, há uma clara organização da noção direcionada para a ideia de “trazer o que está do lado de fora para o lado de dentro.” Tendo isso como pressuposto, entendemos que, em nossa percepção, é uma atividade que pode ser pensada de diferentes formas, mas para isso, temos que considerar os momentos históricos nos quais fez e ainda hoje faz parte (RECH, 2013, p.25), “como evolução natural do sistema integrativo³.” (RODRIGUES, 2006, p. 303) Pode ser vista, também, como um processo, um conceito ou uma ideia que, possivelmente, manifesta algum tipo de salvação, configuradas em práticas que estão se (re)configurando constantemente, mais especificamente, nas “últimas décadas, e se tornando um grande imperativo na educação.” A inclusão, também é vista, como um imperativo de um Estado neoliberal, e tem se apresentado como proposta alternativa de movimento⁴. E como imperativo de Estado, de acordo com Lopes (2011, p. 283), “deve atingir a todos sem distinção e independentemente dos desejos dos indivíduos [...]” Nessa ótica, porém, vemos que, de qualquer jeito, ela é percebida como uma forma de controle do Estado sobre a população, pois atinge a todos sem discriminação.

A inclusão na contemporaneidade passou a ser uma das formas que os Estados, em um mundo globalizado, encontraram para manter o controle da

3 “A integração é uma “participação tutelada” numa estrutura com valores próprios [...], porém, inclusão não é uma evolução da integração. (RODRIGUES, 2006, p.303)

4 Esse aspecto de *inclusão* como um ‘movimento’ foi proposto por Tatiana Luiza Rech, em 2010, a partir de estudos realizados e apresentados na sua dissertação de mestrado, com o título: *A emergência da inclusão escolar no governo. FHC: movimentos que a tornaram uma ‘verdade’ que permanece.* Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1996>. Acesso em: 09. Jun. 2020.

informação e da economia, fazendo com que ela adquira novas posições nas diferentes esferas sociais. (LOPES, 2009, p.129)

Essa autora acrescenta que a inclusão não é um mobilizador nem um lugar de salvação, tampouco constitui um avanço ou mesmo uma conquista de lado ‘x’ ou ‘y’, direita ou esquerda, partido ‘a’ ou ‘b’, mas, sim, é algo que devemos enxergar como uma ‘invenção que é deste mundo’, criada nos tempos modernos, sempre passando por modificações com o intuito de aperfeiçoamentos e, desse modo, atualizada e ressignificada para que possa atender às diretrizes globais de poder. Isso nos faz perceber que a inclusão é uma das estratégias mais potentes dos nossos tempos, a fim de fazer com que o ideal de universalização dos direitos individuais seja visto como uma possibilidade, e não como algo utópico⁵. Nesse sentido, constitui um discurso situado em âmbito específico de caráter político, ideológico e epistêmico, que busca nos conceitos-ferramenta de Foucault a precisão necessária para apreensão conceitual.

Entretanto, para Pez (2010, p.10), não devemos tomar a teoria foucaultiana, quando relacionada a este debate, como verdade absoluta, pois ela não está fora das condições históricas que a sustentavam. Devemos utilizá-la como ferramenta contra as novas máquinas de controle que produzem dominação.

Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. (FOUCAULT, 2012, p.132)

O que nos mostra Foucault, portanto, é que estar em busca do que não é visível nem dizível deve ser constantemente perseguido neste momento histórico em que, no Brasil, a inclusão está na pauta das políticas por conta de uma histórica e contundente realidade de exclusão de amplos contingentes da população. E a produção conceitual desse autor nos ajuda a prover as políticas públicas de fundamentos teóricos sólidos para se poder definir a aplicabilidade e as consequências práticas de tais políticas. Por isso, passamos a descrevê-los.

GOVERNAMENTALIDADE

No livro chamado *Segurança, território e população*⁶, Foucault descreve o que chamou de *governamentalidade*. Ele vai descrever uma técnica, uma tática geral de poder que passou a existir em países capitalistas a partir do século XVIII. Para ele, essa técnica de poder, de algum modo, complementa e suplementa a soberania das nações, que têm, atualmente, no capital seu fator de maior influência. Para Resende (2018), as técnicas

⁵ Utilizado com o significado de “lugar nenhum”, conforme o sentido dado por Sir Thomas More.

⁶ Este livro é uma coletânea de aulas ministradas no curso *Segurança, território e população*, no Collège de France, por Michel Foucault, no período de janeiro a abril de 1978. É um dos livros em que Foucault delinea a noção histórica de governamentalidade.

de soberania que predominaram, principalmente durante os séculos XI e XVII, e que necessariamente correspondiam ao modo de se organizar a vida social e a vida política, tinham sido superadas.

Vivemos na era da "governamentalidade", aquela que foi descoberta no século XVIII. Governamentalização do Estado que é um fenômeno particularmente tortuoso, pois, embora efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo tenham se tomado de fato o único intuito político e o único espaço real da luta e dos embates políticos, essa governamentalização do Estado foi, apesar de tudo, o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. E é possível que, se o Estado existe tal como ele existe agora, seja precisamente graças a essa governamentalidade que é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que não é estatal. Portanto, se quiserem, o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 2008c, p. 145).

Então, tratando-se de um pensamento foucaultiano, trouxe embutida a relação conceitual atrelada à de sujeito⁷, relacionando-as diretamente, estando este sob a égide do mecanismo de governamentalidade e descrito como uma técnica de controle social que pode ser caracterizada pelo esforço de realizar a gestão da sociedade. A essa gestão podemos atribuir as determinações dos respectivos períodos históricos nos quais elas aparecem, que nos leva a perceber que essa técnica de poder, de governo, tem por alvo a população, manifesta-se

no interior mesmo do saber-poder, no interior mesmo da tecnologia e da gestão econômica, que vai ter esse corte entre o nível pertinente da população e o nível não pertinente, ou ainda o nível simplesmente instrumental. O objetivo final vai ser a população, e os indivíduos. A população é pertinente como objetivo, e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade de indivíduos ela não vai ser pertinente com objetivo, ela vai ser simplesmente pertinente como instrumento ou condição para obter alguma coisa ao nível da população. (FOUCAULT, 2008, p. 44).

Nesse complexo pensamento de Foucault, é notória a ideia de uma certa lógica ou 'racionalidade política', como o autor prefere denominar em sua obra, dado que foi esse o conceito trabalhado em suas pesquisas quando elaborou a concepção de governamentalidade. Em outro curso, durante o período de 1978 a 1979, denominado o *O nascimento da biopolítica*⁸, diz tratar-se "de um plano de análise escolhido" para estudo de neoliberalismo.

Dardot e Laval (2014) mencionam 'razão governamental' como um dos tipos de

7 Foucault não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas os termos 'subjetivação', no sentido de processo, e 'Si', no sentido de relação (relação a si). (DELEUZE, 1992, p. 116)

8 O termo "biopolítica" designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, a fim de governar os indivíduos, constituídos em população, por meio de um certo número de procedimentos disciplinares. A biopolítica - por meio dos biopoderes locais - se ocupará da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas. (REVEL, 2005, p. 26)

racionalidade empregado nos procedimentos para os quais se dirigem; dito de outro modo, haveria que direcionar, pela administração do Estado, a conduta dos homens, criando uma racionalidade política e, nesse sentido, uma racionalidade governamental. Assim, podemos interpretar, ao nosso modo, que o termo governamentalidade foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas de atividade política pela qual os homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los.

GOVERNAMENTO

Lopes e Fabris (2017) consideram que tensionar a inclusão inscreve-se na problematização do governo⁹ e da governamentalidade. Ao focar nesses aspectos, Veiga-Neto (2002) diz que governo e governamentalidade são as palavras mais adequadas para problematizar as formas de orientação tanto das condutas de uns sobre os outros quanto das ações dos sujeitos sobre si mesmo, ao invés de governo, pois esta remete àquele que governa e àquela se refere aos processos de direcionamento dos modos caracterizados pelo termo francês utilizado por Foucault, *gouvernement*. Veiga-Neto (2002, p.19) menciona também que a utilização da grafia correta para *Governo* deve ser feita com 'G' maiúsculo, uma vez que a ideia é fazer menção à instituição do Estado, já que este toma para si “a caução da ação de governar.” Nos termos de Lopes e Fabris (2017, p. 23):

Quando quisermos nos referir às ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social é conveniente que seja utilizada a palavra *governo* para traduzir o termo *gouvernement*. Na mesma busca para uma tradução mais adequada para o português da palavra *gouvernemental*, que significa em Foucault, o conjunto de ações de governo, somada às ações de subjetivação, a tradução mais adequada é governamentalidade.

Acreditamos que os discursos políticos produzidos, estejam ou não no âmbito da educação, atuam na construção, regulação e governo dos sujeitos. Pois as práticas de governo ou de gestão governamental têm na população seu objeto, na economia seu saber e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos. Nesse aspecto, no que concerne ao governo, discussões teóricas têm contribuído, sobremaneira, para que se compreenda o papel regulador da educação. (VEIGA-NETO, 2019, p.123).

Assim, o papel do governo recai sobre vários setores e atores sociais para criar possibilidade de controle e os mecanismos utilizados são diversos. As políticas de inclusão educacional são as mais utilizadas como instrumento de governo, pois teoricamente apresentam maior poder de coercibilidade, em especial em sociedades já fragilizadas pelas mazelas sociais geradas pelo neoliberalismo. Os ‘programas de governo’ na área da educação são utilizados com intuito de atingir o maior número possível de pessoas,

⁹ Governo neste trabalho é tomado no sentido de “dirigir as condutas” de indivíduos ou de pequenos grupos humanos. (VEIGA-NETO, 2019, p. 123)

porém, alguns não conseguem atingir os objetivos para os quais foram criados por não serem capazes de criar condições permanentes para que os indivíduos se tornem novos consumidores e entrem no mercado, ampliando consumo para fomentar lucros.

Além dos conceitos supramencionados, faz-se necessário também distinguir, como possíveis acessórios dos mecanismos de engendramento, a normação¹⁰ e a normalização, a fim de que possamos tensionar a inclusão na educação.

NORMAÇÃO

No curso *Segurança, território, população* o filósofo francês explicita a definição de normação. Ela pode ser exposta como uma operação vinculada às técnicas disciplinares, mas para que possamos conhecê-la de modo mais específico ao nosso estudo, primeiramente devemos buscar o significado de norma. De acordo com Foucault (1999b, p. 302),

é possível afirmar que o que circula entre o disciplinar¹¹ e o regulamentador e o que vai se aplicar da mesma forma ao corpo e à população e que permite simultaneamente controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento é a 'norma'.

Por se tratar de algo que controla e disciplina o corpo, a norma não deve necessariamente ser entendida como uma ação negativa, como aquilo que serve para repreender, proibir, reprovar etc., já que ela também é um mecanismo de disciplina e um dispositivo¹² de segurança. Ela pode também ser vista como algo positivo, pois traz à sociedade a noção de ordem, de organização; ademais, serve para classificar, hierarquizar e ordenar, é responsável por produzir a normalidade e a anormalidade nas diferentes estratégias racionais.

A norma corresponde à aparição de um bio-poder¹³, isto é, de um poder sobre a vida e das formas de governamentalidade que a ela estão ligadas: o modelo jurídico da sociedade, elaborado entre os séculos VXII e XVIII, sucumbe a um modelo médico, em sentido amplo, e assiste-se ao nascimento de uma verdadeira "medicina social" que se ocupa de campos de intervenção que vão bem além do doente e da doença. (REVEL, 2005, p. 65).

Nesse ponto, fazemos associação com a compreensão do disciplinar que é empreendida na análise do domínio e sujeição do outro. É pelo disciplinamento que ocorre a docilidade do corpo, que precisa ser esquadrihado, examinado, subjugado às práticas de precisão rigorosa e detalhista, a fim de alcançar o melhor da eficiência e utilidade produtiva.

10 Esse mecanismo é típico de uma sociedade disciplinar. Sociedade regrada pela norma, instituída no seio do Estado democrático de direito, a partir do século XIX, e, em grande parte, com a revolução francesa. Os homens passaram a ter direito "iguais".

11 Neste sentido, Foucault (1999b) faz referência a um poder que é criado para controlar o corpo do indivíduo, cujo objetivo é torná-lo útil e dócil.

12 Termo utilizado por Foucault para designar mecanismos de dominação. São de natureza heterogênea. Podem ser tanto discursos quanto práticas, de instituições quanto de táticas movente. (REVEL, 2005, p.39)

13 Toma como objeto um corpo coletivizado, isso é a população a fim de garantir a sobrevivência, melhora às condições de segurança, saúde e bem-estar, aumentando-lhe a fecundidade. (VEIGA-NETO; GALLO, 2017, p. 55)

Menezes (2011) quando se refere à *norma*, diz que há um caráter puramente prescritivo na norma, sendo que em relação a essa *norma* estabelecida a determinação e a identificação entre o normal e o anormal se tornam possíveis. (FOUCAULT, 2008, p. 75).

Nesse aspecto, a norma é aquilo que pode ser aplicado tanto ao corpo quanto a uma população que se quer regulamentar. Veiga-Neto e Lopes (2007) afirmam que a norma, quando opera, age com a intenção de ‘comparabilidade’, comporta-se no sentido de ‘incluir a todos’, mas de acordo com critérios determinados e que foram construídos no interior e a partir de grupos sociais. Podemos dizer, então, que a norma age provocando ações que igualam as pessoas, ou provocando ações que exaltam as diferenças a partir de referenciais comunitários (LOPES; FABRIS, 2017, p.42).

Para Foucault (2008), a norma opera na população por normação, e está envolvida em dois processos distintos: a normação, ligada especialmente à disciplina, e a normalização, vinculado aos dispositivos de segurança.

NORMALIZAÇÃO

De acordo com Fabris e Klein (2013), a normalização tem predominância em sociedade chamadas de seguridade, ou de controle. Considerando que tanto a norma quanto a normalização são constituintes de costumes, hábitos, práticas que são determinantes para as políticas de inclusão em nossos dias.

A sociedade da normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu encobrir toda superfície que se estende do orgânico ao biológico. Do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias da regulamentação de outra. (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Para manutenção do aparelho normativo-punitivo do Estado, a gestão do homem na sociedade de normalização requer saberes específicos, que por sua vez só são produzidos a partir do próprio funcionamento da máquina estatal. Para alcançá-la, é necessário que a geração de conhecimento e o desenvolvimento ou ampliação de autoridade estejam articulados no compasso da garantia de reforço mútuo.

Fabris e Klein (2013) consideram que a normalização parte do apontamento do que é considerado normal e anormal, de diversas curvas de normalidade, enquanto para Foucault (2008a) operações de normalização consistem “em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras”. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais, desse modo, nas operações de normalização, portanto, estão colocadas as muitas ações biopolíticas que, ao agir sobre os indivíduos da população, visam trazer para a *zona de normalidade* aqueles que estão sob risco. (FOUCAULT, 2013,

CONSIDERAÇÕES (NADA) FINAIS

O que nos chama atenção, em todos os momentos, é percebermos a facilidade e constância na implementação de dispositivos que podem ser (e que são) utilizados para manter o indivíduo, a população sob controle, sem que percebamos conscientemente o que está acontecendo. Nesse panorama, a nosso ver, é possível pensar a inclusão por meio da educação como forma de gestão da ordem e da disciplina. Nossas escolas são alvos constantes de reformas diluídas em novas regras, novos programas, novas ações, bem como outros instrumentos para manutenção do poder e da ordem. Pensamos que, na contemporaneidade não é possível aplicar mecanismos e técnicas de gestão da governamentalidade sem que o detentor de poder saiba a quem se governa, para quem são direcionados os controles de normação.

Devido a isso, estamos constantemente assistindo o direcionamento a, pretensamente, novos rumos para a escola, a economia, a nação. E, de modo geral, o pensamento dominante continua exercendo influência, uma vez que o poder de decisão, de alteração do quadro é complexo e não cabe diretamente (e somente) ao povo mudar as ‘regras do jogo’. A norma que pressupõe liberdade para mudar é a mesma que também delega aos ‘dominadores’ a força para continuar com prerrogativas de controle. Pois o discurso engendrado é que a população menos favorecida precisa ‘invadir’ o mercado de consumo produzido pelo neoliberalismo do século XXI. E com fomento à educação e a outros setores essa possibilidade pode ser viabilizada. Entretanto, o caráter estratégico dos instrumentos utilizados pressupõe que sejam levadas em consideração as situações históricas do quadro atual. (DARDOT; LAVAL, 2014. p.378).

Desse modo, situamos o debate conceitual de inclusão de acordo com o que Rodrigues (2006, p.11) denominou ‘inclusão essencial’ e ‘inclusão eletiva’. A primeira visa assegurar ao cidadão acesso e participação sem discriminação a todos os níveis de serviços existentes na sociedade, enquanto a segunda possibilita, independentemente de qualquer condição, o direito da pessoa de se relacionar e interagir, não só com seu próprio grupo, mas com os grupos que bem entender. Essa é somente uma das formas utilizadas para fazer com que o sujeito e a população se tornem inconscientemente dóceis e ajam disciplinadamente, submetendo-se mais e mais às ‘tentações’ de poder ou de consumo, por exemplo produzidas pelos mecanismos de dominação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edineide Jezine Mesquita; CORRÊA, Elourdiê Macena. Prouni: políticas de inclusão ou exclusão no contexto das aprendizagens ao longo da vida. **Educação e Fronteiras** (versão online). Dourados/MS, v. 1, n. 1, jan./abr. 2011. p. 32-47.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

FABRIS, Eli T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos (Orgs.). **Inclusão e biopolítica**. (Coleção Estudos Foucaultianos). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FONSECA, João Paulo Ayub da. **Considerações sobre a constituição do sujeito do cuidado de si no pensamento de Foucault**. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/11231/7675>. Acesso em: 13. Jun. 2020. (O QUE É? PONHA NO PADRÃO)

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

_____. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 2005.

_____. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 1999a.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 1999b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Exclusão e/ou desigualdade Social? Questões teóricas e político-práticas. **Cadernos de Educação**. FaE/PPGE/UFPEL. Pelotas. set/dez, 2010. p. 417–442..Disponível.. em:<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1593/1479>. Acesso em 10. Jun. 2020.

KUENZER, Acácia Zeneide. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer_1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

LOPES, Maura Corcini. Norma, inclusão e governamentalidade neoliberal. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Foucault: Filosofia e Política**. (Coleção Estudos Foucaultianos). São Paulo: Autêntica Editora, 2011. p. 283-298.

LOPES, Maura Cocini. FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. 1 ed. 2ª. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Coleção Temas & Educação)

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, Maura Corcini; HATTEGE, Morgana Domênica. (Org.). **Inclusão escolar**: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 107-130.

LOPES, Maura Corcini; LOCKAMANN, Kamila; HATTEGE, Morgana Domênica; KLAUS, Viviane. **Inclusão e biopolítica**. São Leopoldo: IHU, ano 8, n. 144, 2010.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. 2011. 189f. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo, 2011.

PEZ, Tiaraju Dal Pojo. **Pequena análise sobre o sujeito em Foucault**: a construção de uma ética possível. Anais do Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 2008. Disponível em: www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/resumos/anais/TiarajuDPPez.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.

RECH, Tatiana Luiza. Inclusão educacional como estratégia biopolítica. In: FABRIS, Eli T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos (Orgs.). **Inclusão e biopolítica**. (Coleção Estudos Foucaultianos). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 25-43.

RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault**: política – pensamento em ação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

_____. Michel Foucault: Transversais entre educação, filosofia e história. São Paulo: Autêntica, 2013.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROCHA, Aline Sarmento Coura. **Inclusão social na educação superior**: uma análise das políticas do período 2003-2014. 2018. 167f. Tese (Doutorado) – Universidade Nove de Julho. UNINOVE – São Paulo, 2018.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação**: doze olhares. São Paulo: Sumus, 2006.

SANTOS, E.; TAVARES, M. **Desafios históricos da inclusão**: características institucionais de duas novas universidades federais brasileiras. Arquivos Analíticos de Políticas.Educativas.,23(X), 2016, p. 2-19. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/e.paa.v24>. Acesso em 8 mar. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Políticas Educacionais Brasileiras: limites e perspectivas. **Revista de Educação**. PUC-Campinas, Campinas, n. 24, junho 2008. p. 7-16. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108/96>. Acesso em: 9. Mar. 2020.

TEODORO, Antônio. **A educação em tempos de globalização neoliberal**: Os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber Livro, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo; GALLO, Silvio (Orgs.). **Fundamentalismo e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge. SKLIAR, Carlos. (Org.). **Habitantes de babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

VEIGA-NETO, Alfredo. LOPES, Maura Corcini (2007). Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100. Campinas/SP: CEDES, p. 947-964, out, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. **Foucault & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

_____. Coisas do governo. In: RAGO; M.; ORLANDI, L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 179-217.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 2, 13, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 80

Água fonte de vida 125

Aluno 4, 6, 20, 26, 50, 51, 53, 56, 59, 63, 64, 80, 87, 88, 89, 91, 93, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 117, 121, 122, 126, 127, 129, 135, 142, 143, 149, 150, 152, 153, 154, 160, 202, 203, 219, 226, 227, 228, 230, 231

Análisis del discurso 66, 67, 75, 77, 164, 165, 166, 170, 172

Atraso escolar 19, 21, 25, 26, 31

Avaliação formativa 78, 203

B

Brincadeiras 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

C

Colegialidade 78, 80, 81, 94

Cultura digital 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 112

Currículo 25, 35, 62, 64, 65, 66, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 123, 125, 128, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 180

D

Dificuldades leitoras 54, 58, 59, 60, 63

E

Educação 1, 16, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 64, 65, 79, 80, 81, 84, 99, 102, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 122, 123, 124, 126, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 176, 177, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 213, 214, 224, 231, 232

Educação inclusiva 49, 51, 52

Educação infantil 34, 52, 57, 58, 65, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 214

Ensino de biologia 115, 124, 125, 127, 129

Ensino de Ciências 113, 124, 129, 197

Ensino de química 125, 127, 128, 129

Escola 1, 2, 9, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 46, 49, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 94, 98, 99, 100, 102, 103, 105,

107, 108, 109, 110, 111, 119, 123, 124, 129, 140, 141, 142, 143, 146, 148, 152, 153, 155, 160, 162, 163, 164, 176, 177, 182, 183, 184, 185, 191, 192, 194, 195, 196, 200, 202, 203, 210, 212, 213, 230, 231, 232

Estratégias de leitura 54, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65

Estratégias de sobrevivência 113, 114, 124

Evasão 21, 23, 83, 146, 226, 227, 230, 231

F

Famílias 2, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 154, 190, 194

Folga 216, 217, 219, 223, 224

Formação de professores 97, 108, 125, 139, 157, 176, 177, 186, 232

Formação docente 49, 63, 78, 81, 82, 99, 100, 112

Formación ciudadana 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Fortalecimento da leitura 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64

Fundamentos filosóficos 139, 140

G

Gerações 189

Gestão 6, 42, 43, 45, 46, 60, 82, 109, 132, 134, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 194, 196, 198, 216, 231

Governamentalidade 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48

H

Horta escolar 197

I

Inclusão 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 104, 108, 111, 127, 135, 146, 157, 203, 216, 217, 218, 219, 227

Inovação 102, 104, 105, 106, 109, 110, 112, 158, 160

Interações 23, 107, 109, 124, 189, 190, 191, 192, 193, 195

M

Materiais pedagógicos 113, 115, 122, 123, 124

Monitores 49, 50, 51, 52

P

Pacto de convivência 164

Pedagogia 33, 34, 60, 65, 101, 106, 112, 131, 136, 138, 141, 145, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 196, 202, 225, 232

Política educativa 66, 67, 71, 72, 74, 75, 76

Pós-estruturalismo 37, 39, 140

Pós-modernidade 139

Profissionalismo colaborativo 78, 94, 95

R

Recursos didáticos 146, 152, 153, 155, 156

Relações de poder 37, 39, 132, 138

Representaciones sociales 66, 76, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175

S

Sobrevivência Policial 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224

Sociedade 6, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 33, 34, 35, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 55, 89, 102, 103, 105, 107, 110, 111, 133, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 160, 162, 176, 182, 183, 185, 194, 201, 213, 219

Socioestética 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175

T

Tecnologias 45, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 127, 144, 146, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 182, 183, 186, 231, 232

Trabalho 2, 4, 13, 14, 16, 19, 22, 37, 38, 40, 43, 47, 49, 50, 52, 55, 58, 60, 61, 63, 64, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 108, 109, 114, 115, 116, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 132, 134, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 162, 176, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 200, 202, 203, 207, 208, 213, 214, 216, 217, 218, 222, 224, 226, 228, 229, 230, 231

Trabalho em equipe 78, 84, 86

Trabalho por projeto 197

U

Universidade 1, 18, 22, 34, 37, 48, 49, 100, 108, 113, 124, 125, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 179, 188, 189, 196, 215, 226, 227, 228, 231, 232

V

Violência 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 30, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225




A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

5



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022





A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

5



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022